



ESAD
ESCOLA SUPERIOR DE ARTES E DESIGN
MATOSINHOS

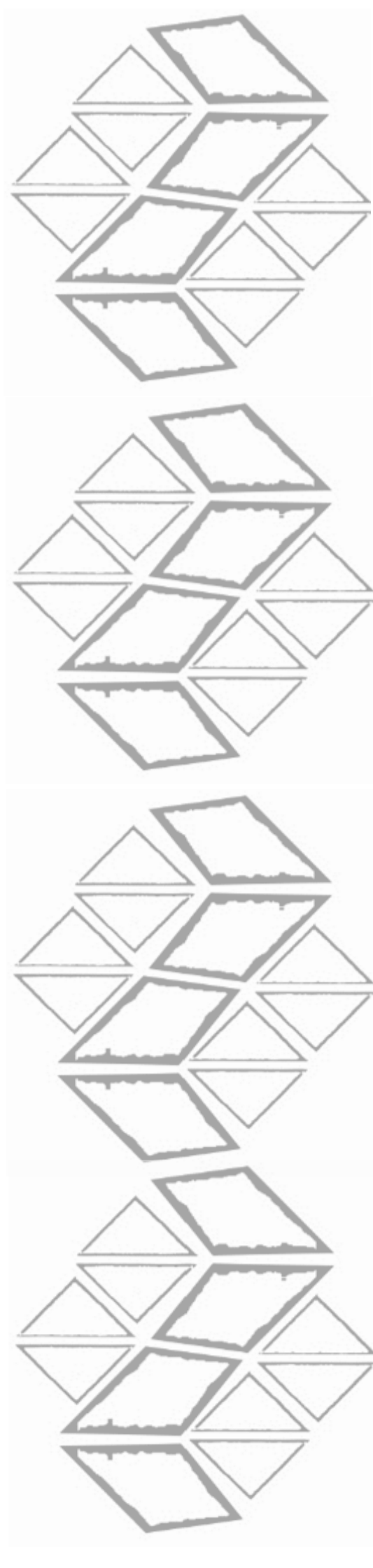
O AZULEJO COMO ELEMENTO PATRIMONIAL

A ESSÊNCIA CULTURAL DO DESIGN DE INTERIORES PARA A
CONSTRUÇÃO, CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO DA IDENTIDADE

Carolina de Sousa Soares Cerejo da Silva

Mestrado em Design de Interiores | 2021

ANEXOS



O AZULEJO COMO ELEMENTO PATRIMONIAL

A ESSÊNCIA CULTURAL DO DESIGN DE INTERIORES PARA A
CONSTRUÇÃO, CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO DA IDENTIDADE

Orientadora Ana Sofia Carneiro e Cardoso

Co-orientador Paulo Alves Pereira

Carolina de Sousa Soares Cerejo da Silva

Mestrado em Design de Interiores | 2021

ANEXOS

ANEXOS

Através de metodologias de investigações teóricas que incluem fontes primárias, esta dissertação pretende analisar e valorizar o papel do design de interiores para a preservação da herança cultural. Para tal, foram equacionadas um conjunto de questões relativas ao tema, e desenvolvidos diversos mapas geográficos de Portugal - que incluem dados estatísticos de Bens Imóveis Classificados em 2016, retirados do Instituto Nacional de Estatística. Simultaneamente foram realizadas as Fichas Técnicas de cada caso de estudo - do Palácio de Alhambra, da Casa de Pilatos, da Casa Batlló, do Palácio do Raio, do Palácio da Pena e da Casa do Cipreste –, que incluem informações relevantes, uma descrição geral da obra, e ainda, uma cronologia das intervenções realizadas ao longo do tempo.

Desta forma, esta pesquisa exploratória de levantamento de informações e conhecimentos relativos ao tema, foi realizada através de uma consulta preferencialmente bibliográfica, que visou explorar e formar uma certa consciência histórica. Assim, esta investigação mais empírica, sem pesquisa participativa, procurou a necessidade de uma comprovação mais objetiva, essencial para a validação de algumas teorias.

ÍNDICE

Anexos	[5]
---------------	------------

Mapas Geográficos – Bens Imóveis Classificados em Portugal, 2016

Monumentos.	[12]
Conjuntos.	[13]
Sítios.	[14]
Sítios Arqueológicos.	[15]
Arquitetura Civil.	[16]
Arquitetura Militar.	[17]
Arquitetura Religiosa.	[18]
Arquitetura Mista.	[19]

Fichas Técnicas – Casos de Estudo

Ficha Técnica Palácio de Alhambra.	[22]
Ficha Técnica Casa de Pilatos.	[25]
Ficha Técnica Casa Batlló.	[28]
Ficha Técnica Palácio do Raio.	[31]
Ficha Técnica Palácio da Pena.	[34]
Ficha Técnica Casa do Cipreste.	[38]

Entrevistas

Questões.	[43]
-----------	------

Mapas Geográficos

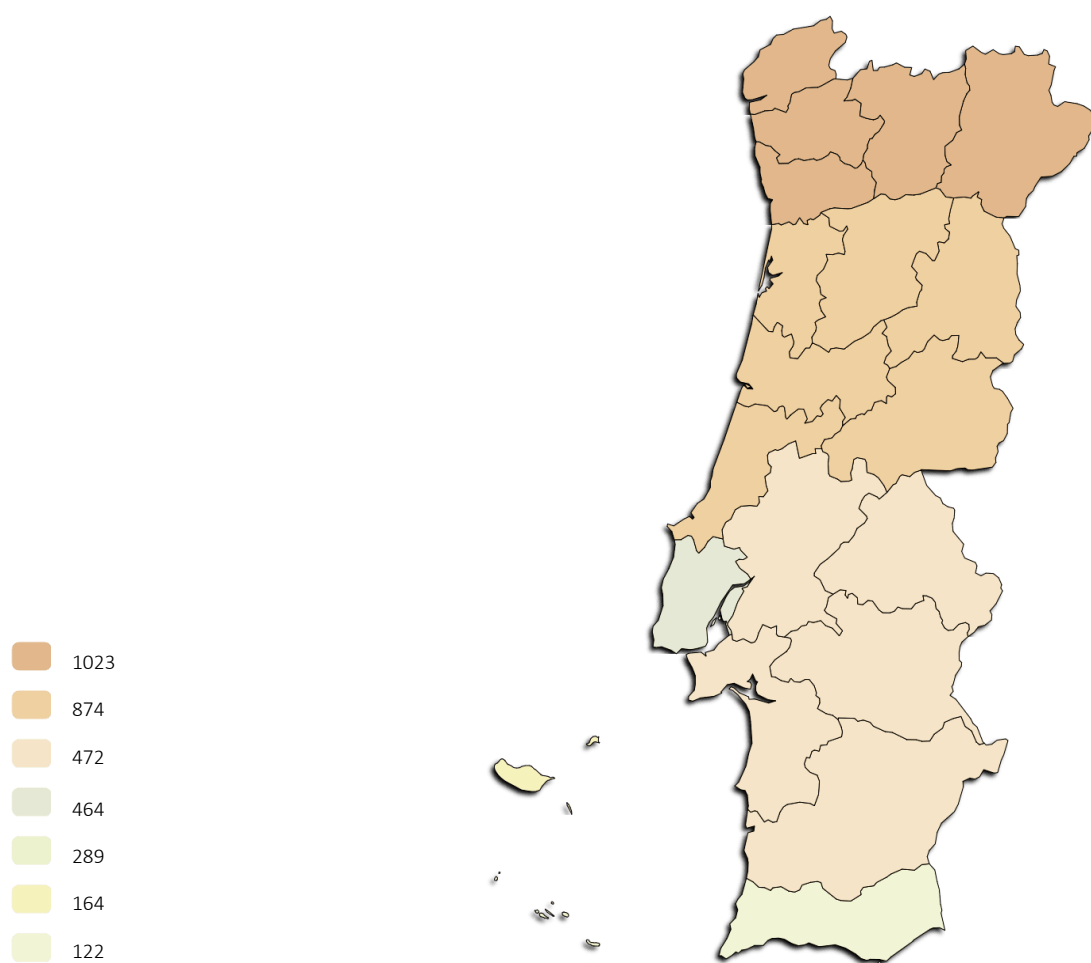
Bens Imóveis Classificados em Portugal, 2016

Considerada uma Autoridade Estatística autónoma e credível, o Instituto Nacional de Estatística tende a desenvolver ao longo dos anos - através de recursos à tecnologia e à ciência de dados -, processos estatísticos metodologicamente avançados, de modo a conferir à sociedade um melhor conhecimento, bem como uma melhor investigação e tomada de decisão.

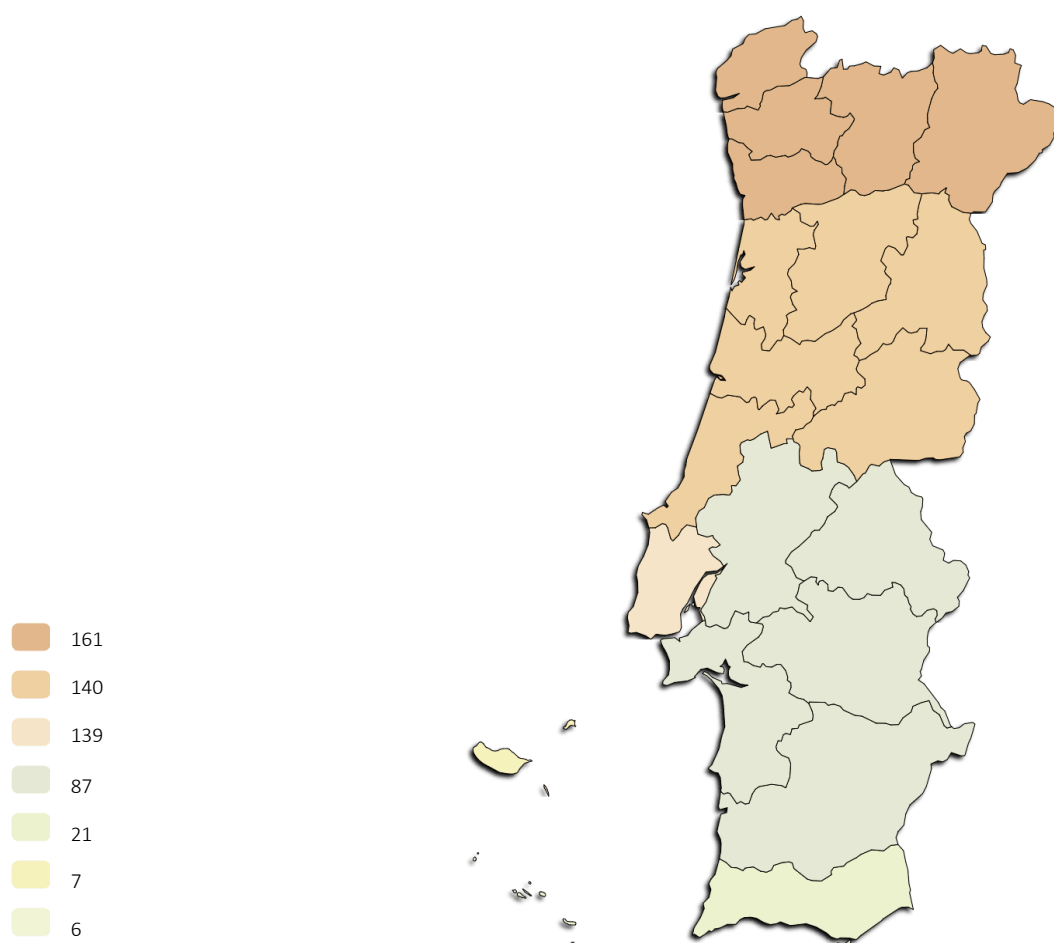
Assim, com recurso à publicação "Estatísticas da Cultura relativa ao ano 2016", na qual foi divulgada a informação mais recente do sector cultural e criativo, os presentes mapas geográficos de Portugal visam entender e explorar a informação relativa a "Bens Imóveis Classificados, segundo a Tipologia, por Região", e a "Bens Imóveis Classificados, segundo a Categoria, por Região".

Os dados de 2016 demonstram que, no geral, o norte do país é a região que mantém um maior número de Bens Imóveis Classificados, quer quanto à tipologia, quer quanto à categoria, comparativamente com as restantes regiões.

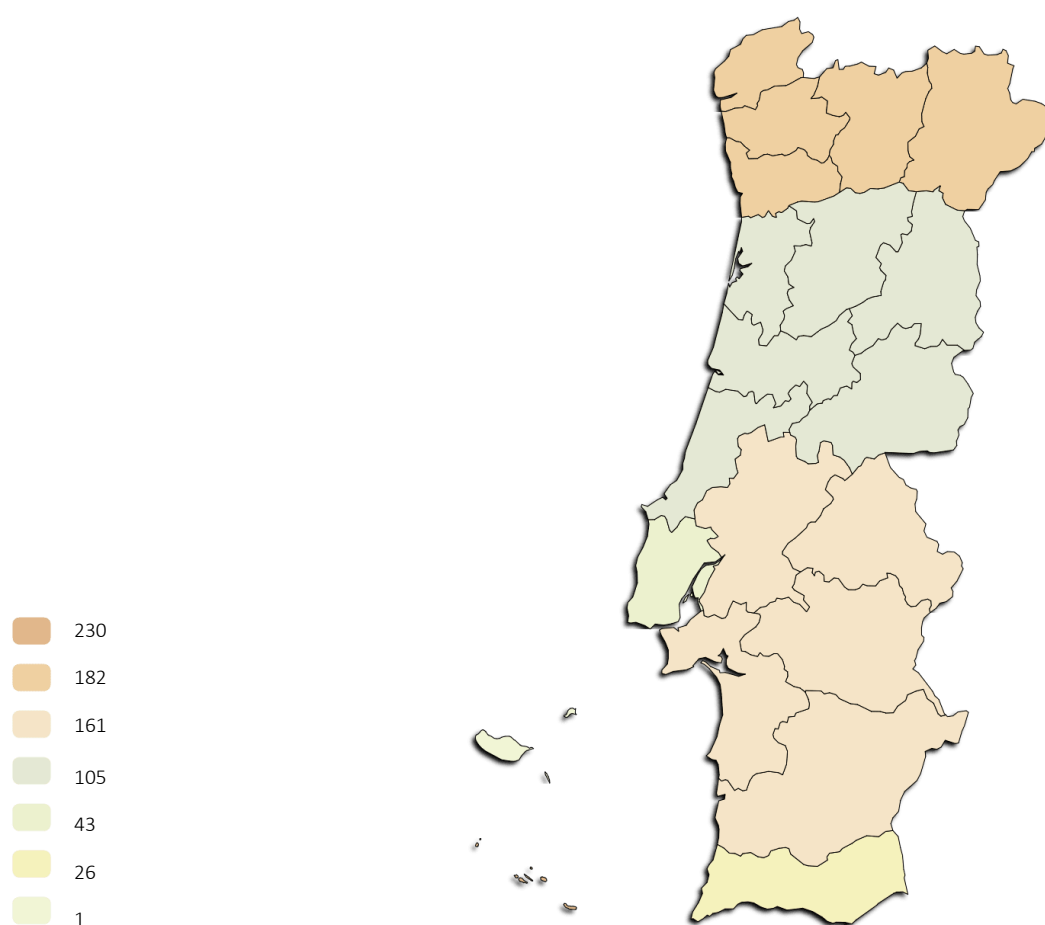
BENS IMÓVEIS CLASSIFICADOS EM PORTUGAL, SEGUNDO A CATEGORIA
MONUMENTOS



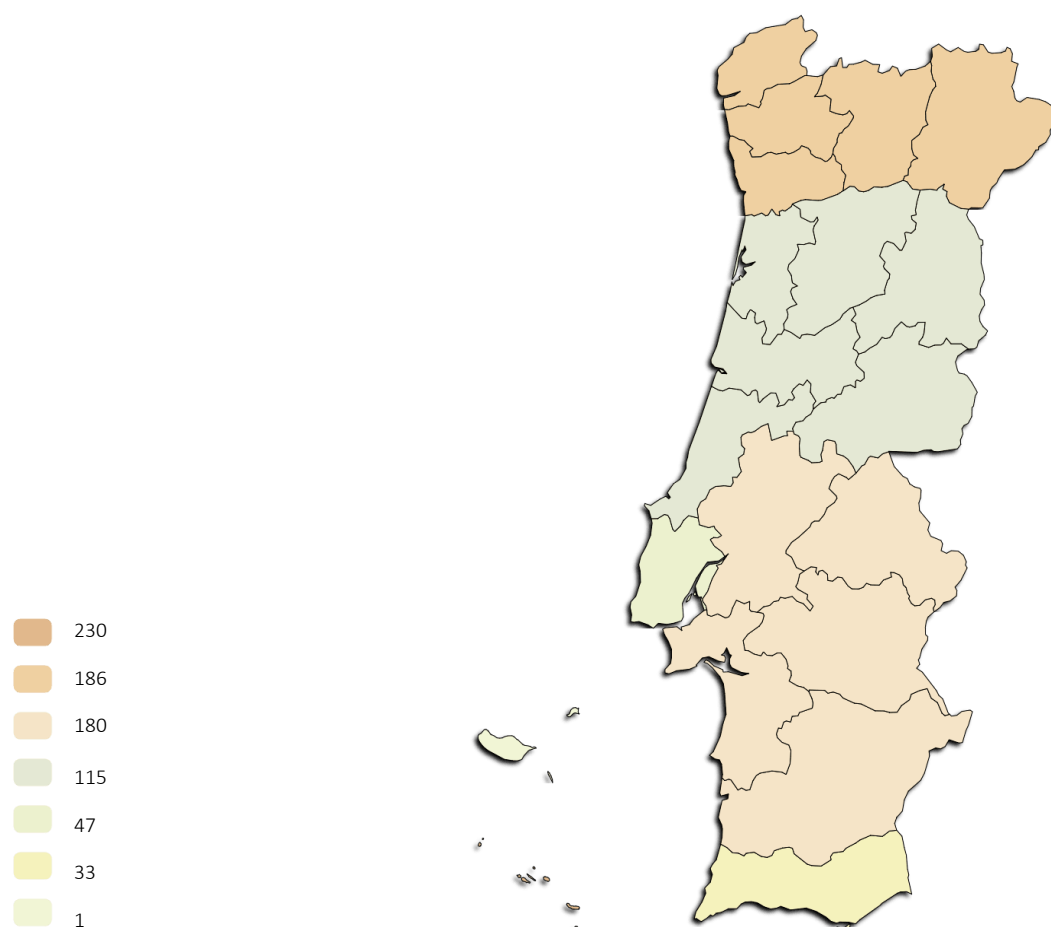
BENS IMÓVEIS CLASSIFICADOS EM PORTUGAL, SEGUNDO A CATEGORIA
CONJUNTOS



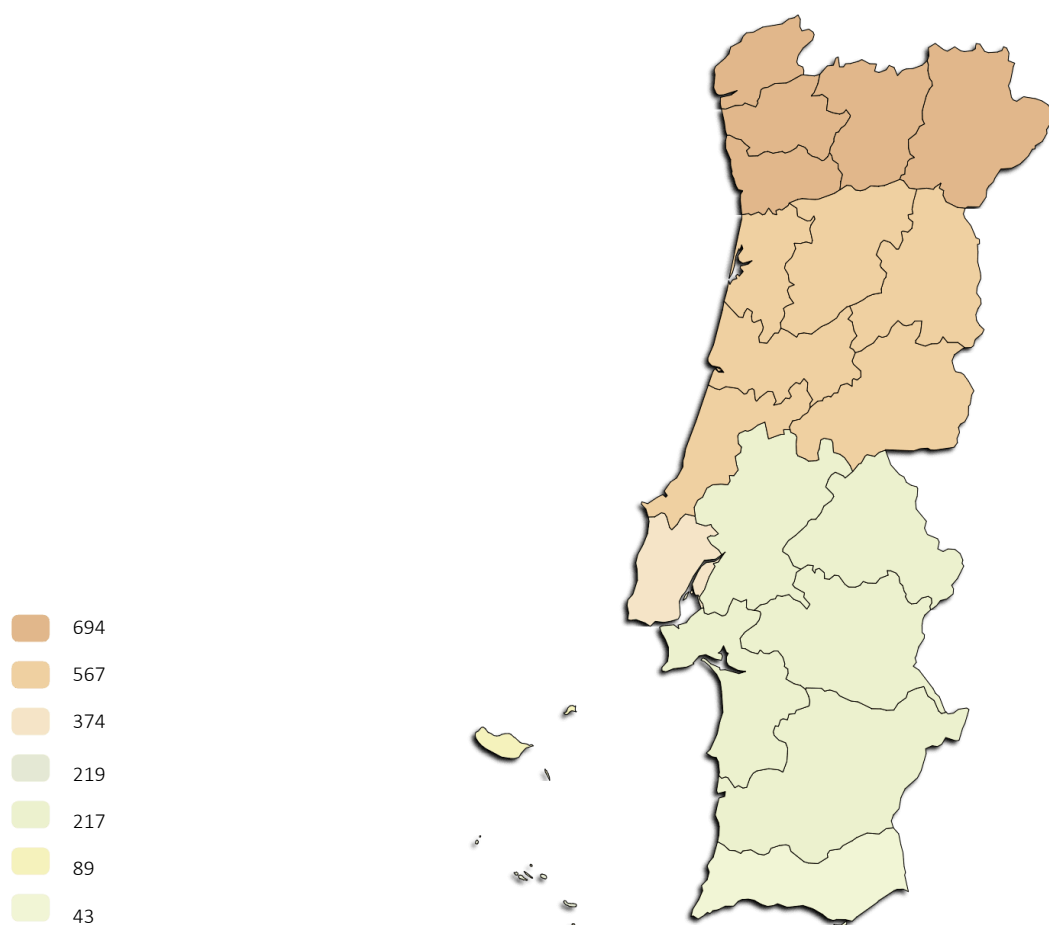
BENS IMÓVEIS CLASSIFICADOS EM PORTUGAL, SEGUNDO A CATEGORIA
SÍTIOS



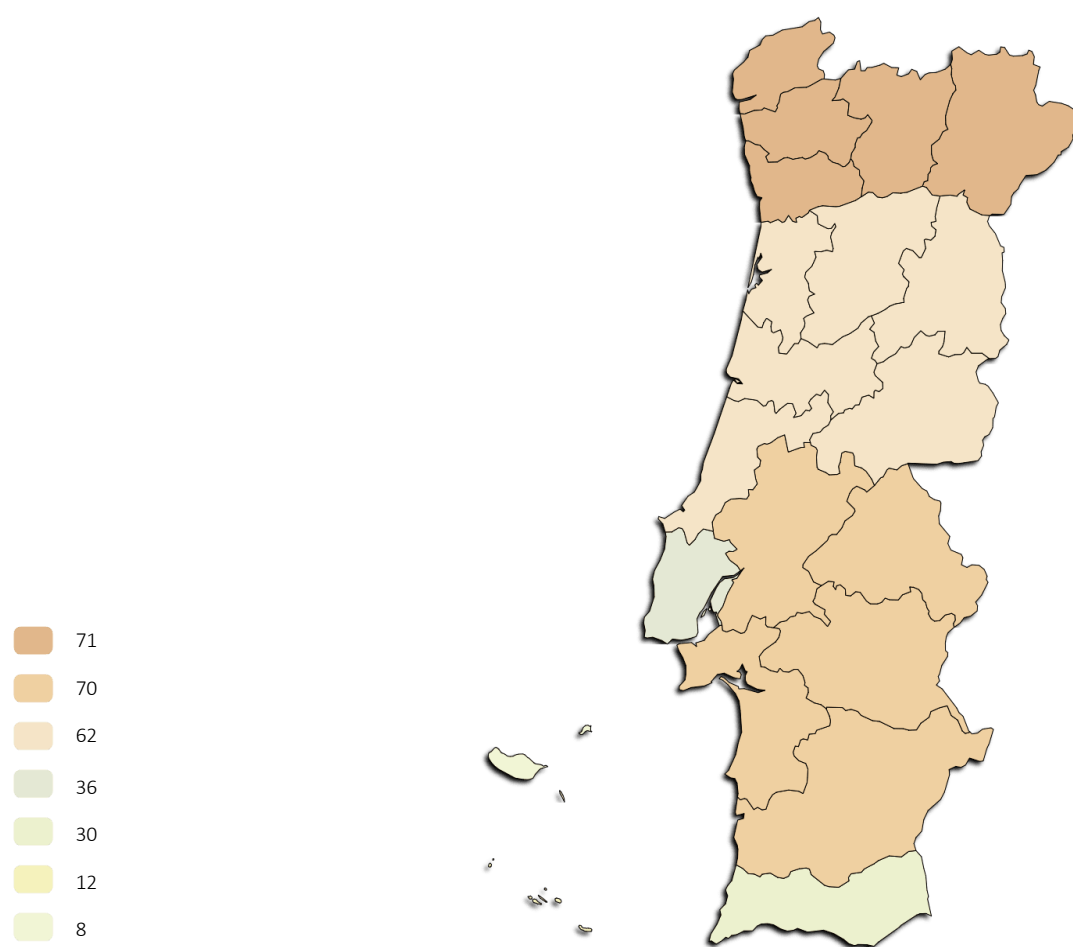
BENS IMÓVEIS CLASSIFICADOS EM PORTUGAL, SEGUNDO A TIPOLOGIA
SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS



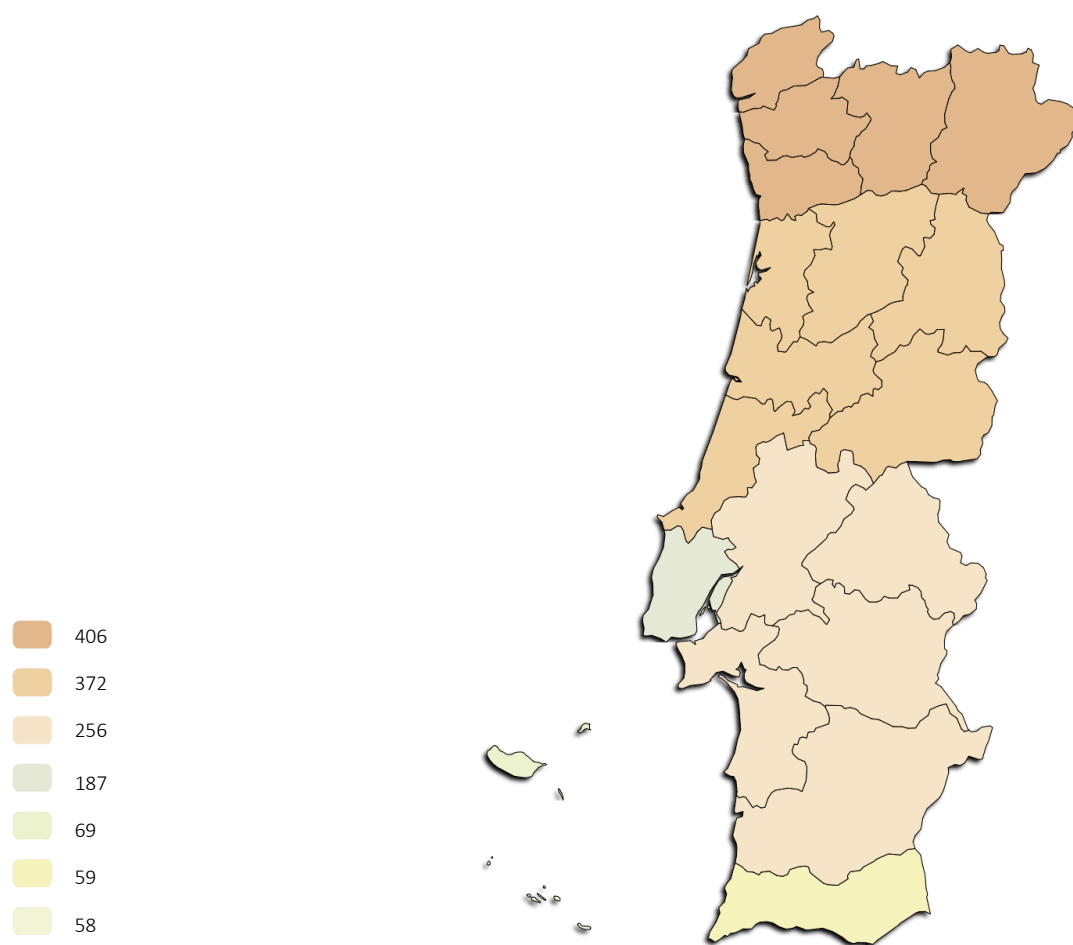
BENS IMÓVEIS CLASSIFICADOS EM PORTUGAL, SEGUNDO A TIPOLOGIA
ARQUITETURA CIVIL



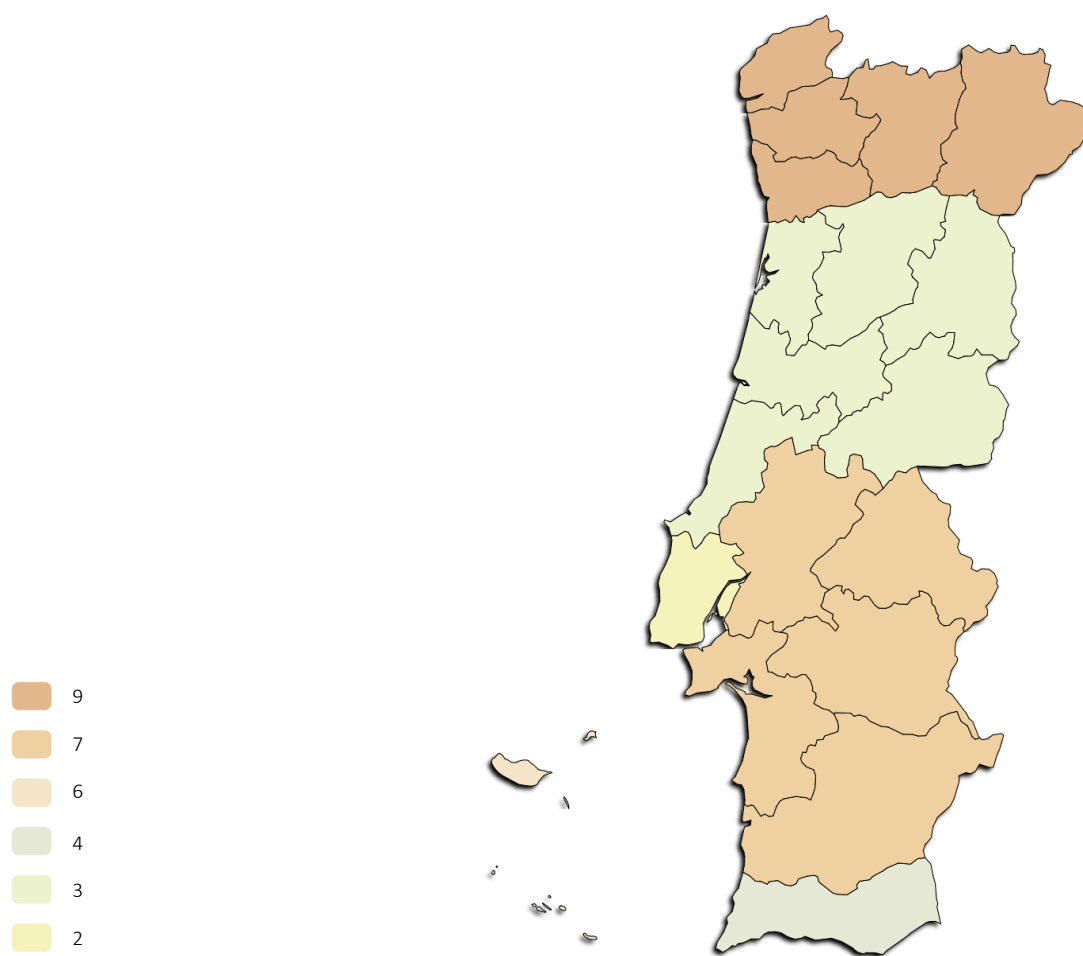
BENS IMÓVEIS CLASSIFICADOS EM PORTUGAL, SEGUNDO A TIPOLOGIA
ARQUITETURA MILITAR



BENS IMÓVEIS CLASSIFICADOS EM PORTUGAL, SEGUNDO A TIPOLOGIA
ARQUITETURA RELIGIOSA



BENS IMÓVEIS CLASSIFICADOS EM PORTUGAL, SEGUNDO A TIPOLOGIA
ARQUITETURA MISTA



Fichas Técnicas – Casos de Estudo

Ficha Técnica Palácio de Alhambra:

INFORMAÇÕES:

Arquiteto:

Muhammad I.

Localização:

Andaluzia, Granada, Espanha.

Ano de Construção:

1238.

Época de Construção:

Século XII.

Acessos:

Calle Real de la Alhambra, s/n, 18009, Granada, Espanha.

Categoria/Tipologia:

Arquitetura Civil.

Estilos Arquitetónicos:

Arquitetura Islâmica.

Utilização Inicial:

Residencial.

Utilização Atual:

Casa-Museu.

DESCRIÇÃO GERAL:

Considerado o único vestígio do poder muçulmano na Península Ibérica, o reino de Granada teve o seu período de maior esplendor artístico durante o século XII, com a edificação do Palácio de Alhambra. Situado na cidade de Andaluzia, e construído a pedido do monarca Muhammad I, da dinastia Nasrid, o início da sua construção data de 1238 – embora grande parte do refinado conjunto de luxuosos palácios situados no interior das muralhas, tenha sido erguido entre 1333 e 1391, pelos sultões Yussuf I e Muhammad V.

Repleto de tipologias construtivas – na sua maioria, de trabalhos em cerâmica esmaltada e de revestimentos murais –, a sua arquitetura icónica

caracteriza-se por impressionantes afrescos, colunas e arcos decorados, e paredes ornamentadas que contam histórias de uma época turbulenta da península ibérica. Esta fusão de estilos – composta por elementos arquitetónicos que influenciaram a arquitetura futura do mundo –, associada a séculos de história multicultural e religiosa de Espanha, fez com que o Palácio de Alhambra se tornasse numa obra completamente fascinante e arquitetonicamente icónica.

O seu planeamento aprimorado e a sua localização estratégica – que tinha como principal objetivo defender a cidade de Granada de ataques inimigos –, refletiram-se num complexo conjunto de palácios e pátios residenciais medievais renascentistas em volta de uma fortaleza, que se dividiu essencialmente em três áreas principais: a Fortaleza de Alcazaba, os Palácios Nazarís e a Generalife. Cada um dos palácios contém um pátio central, para o qual se abrem várias salas – decoradas com arabescos e caligrafia árabe esculpida em gesso, bem como com revestimento de azulejos e ornamentos de flores, conchas e estrelas –, e onde as estruturas detalhadas contrastam com as paredes planas do exterior da Fortaleza de Alcazaba.

Peculiar na forma como harmoniza a relação entre o interior e o exterior – através de cores, formas, materiais, objetos, sequências e padrões encontrados na natureza, que se manifestaram em obras de arte, ornamentações e em decorações no ambiente construído –, Alhambra oferece assim uma combinação mágica do espaço, da luz e da água. Para entender como o design pode conectar as pessoas com a natureza de maneira bonita e funcional, durante as últimas décadas – e à medida que surgiam novas evidências –, as ligações entre a natureza, a ciência e o ambiente construído, começaram a compreender melhor a velha sabedoria, bem como as novas perspetivas a ela associadas. Na verdade, a natureza e o design são partes fortes da identidade cultural deste exemplar de arquitetura, que apenas ficou concluído no final do domínio muçulmano.

Alhambra ocupa um lugar privilegiado, onde os seus valores arquitetónicos se conjugam e se enquadram com o ambiente urbano e paisagístico em que se encontra inserida – as diversas partes de cada interior, as grandes aberturas que integram os pátios e as fontes internas, como também toda a paisagem da Serra Nevada, permanecem completamente visíveis a partir dos miradouros. Toda a construção desta cidade-palácio, para além de ser uma enorme referência para restauradores, historiados, arquitetos e designers de todo o mundo, resultou num verdadeiro tesouro histórico, atualmente considerado um dos monumentos mais visitados de toda a Espanha.

CRONOLOGIA E INTERVENÇÕES REALIZADAS:

1238: Início da construção das muralhas do Palácio de Alhambra.

1330: Ampliação dos Palácios. O Palácio de Mexuar tornou-se numa sala de reuniões dos ministros do rei, como também numa espécie de tribunal.

1333-1391: Erguida grande parte do conjunto de luxuosos palácios situados no interior das muralhas, pelos sultões Yussuf I e Muhammad V.

1492: Obra preenchida com cal. A pintura e o dourado foram apagados, e os móveis danificados foram removidos.

1516-1556: Reconstrução de partes de Alhambra ao estilo renascentista do período, por Carlos I.

1527: Construção do Palácio Carlos V, dentro da cidade amuralhada.

1812: Destruídas algumas das torres, pelos franceses sob o comando do Conde Sebastiani.

1870: O Palácio de Alhambra passou a propriedade do Estado. Declarado monumento nacional.

1923: Intervenção de Leopoldo Torres Balbás, que eliminou o carácter de ruína em que Alhambra se encontrava. As arcadas que haviam sido muradas foram abertas, os ladrilhos que faltavam foram substituídos, as inscrições que não tinham partes das suas letras em estuque foram completadas, e foi instalado um teto no palácio ainda inacabado de Carlos V.

1984: Declarada Património da Humanidade pela UNESCO.

2010: Transferidos os fundos e acervos do Arquivo e Biblioteca de Alhambra para um armazém provisório.

2013-2014: Transferidos os fundos e os acervos para as novas instalações.

Ficha Técnica Casa de Pilatos:

INFORMAÇÕES:

Arquiteto:

Dom Pedro Enríquez de Quiñones.

Localização:

Sevilha, Andaluzia, Espanha.

Ano de Construção:

1483.

Época de Construção:

Século XV.

Acessos:

Pl. De Pilatos, 1, 41003, Sevilha, Espanha.

Categoria/Tipologia:

Arquitetura Civil.

Estilos Arquitetónicos:

Arquitetura Mudéjar e Arquitetura Renascentista.

Utilização Inicial:

Residencial.

Utilização Atual:

Casa-Museu.

DESCRIÇÃO GERAL:

Situada na cidade espanhola de Sevilha, na Andaluzia, em Espanha, a Casa de Pilatos caracteriza-se, essencialmente, pela sua enorme dimensão, e encontra-se distribuída em torno de uma série de espaços abertos. Localizada bem no centro histórico da cidade – que antigamente era o cenário de corridas de touros e de espetáculos diversos – o nome da Casa de Pilatos derivou de uma peregrinação a Jerusalém, realizada por Dom Pedro Enríquez de Quiñones, em 1519. Tais acontecimentos acabaram por conduzir à época em que Dom Pedro e a sua mulher adquiriram o edifício principal, sobre o qual construíram a sua nova residência familiar.

Repleta de jardins e coberta com cerca de cento e cinquenta desenhos de azulejos da década de 1530, os seus espaços, detalhes e história que criam um terreno complexo de estilos arquitetónicos e decorativos que se interligam todos entre si, contribuíram para o desenvolvimento e posterior construção deste espaço culturalmente rico, heterogêneo, gracioso e imponente, que abriga arte, exemplos significativos de escultura clássica, e lendas forjadas ao longo de mais de quinhentos anos de vida. Trata-se de um projeto absolutamente único em Sevilha, não só pela sua conceção e dimensão, mas também pelo material com que maioritariamente estava a ser construído: a pedra.

É de evidenciar que a sua síntese de arte mudéjar, renascentista e gótica, encontra-se presente em dois níveis: na planta baixa - composta pelas variadas dependências situadas em torno do pátio principal, e que constituem o denominado Palácio de Verão - e, na planta superior – que organizado em várias salas, compõe o Palácio de Inverno, que se estende diretamente sobre o andar inferior, duplicando o uso de quartos como uma alternativa ao frio e à humidade. Contudo, com o passar dos séculos, essa duplicidade funcional tornou-se obsoleta e, tanto a parte superior como os outros espaços mais distintos do pátio principal, foram reservados apenas para uso privado e familiar.

Como elemento de comunicação e iluminação, este espaço revelava ainda uma mistura de estilos arquitetónicos e decorativo - que vieram a produzir uma certa harmonia, através das camadas dos padrões, dos detalhes introduzidos, e das cores fornecidas pelos diversos elementos de design -, bem como uma verdadeira amostra de variadas influências, das quais se destaca o gosto pelo Renascimento Italiano. Classificado como Património de Interesse Cultural desde 1915, este palácio de estilo único, transmite diversas sensações de luz e cor. Traduz a influência da natureza e da arquitetura, misturada com a forte presença da azulejaria, para além de representar diversos acontecimentos da antiguidade. A Casa de Pilatos, tornou-se um ícone das coleções mais ricas de todo o mundo, devido à variedade e qualidade de criação de um dos principais elementos da sua decoração: os azulejos.

CRONOLOGIA E INTERVENÇÕES REALIZADAS:

1483: Construção do edifício, por iniciativa de Dom Pedro Enríquez de Quiñones.

1530: Construção da Sala Dourada.

1568: Construção do Jardim Grande, pelo arquiteto napolitano Benvenuto Tortello.

1600: Crise de sucessão na família Enríquez de Ribera, o que fez com que tivessem de deixar o palácio nas mãos dos Duques de Medinaceli.

1755: Apesar dos danos, sobreviveu ao terramoto de 1755.

1808: Estragos no edifício causados pelos franceses. Caiu num notável estado de solidão e de degradação.

1915: Classificada como Património de Interesse Cultural.

1939: Victoria Eugenia Fernández de Córdoba – Duquesa de Medinaceli -, converteu o palácio na sua residência habitual: delineou um complexo programa de restauros, que continuaram com o seu filho Ignacio de Medina e Fernández de Córdoba – atual Duque de Segorbe. Realizados acréscimos, de modo a que se adequassem às novas correntes. Os novos proprietários tenderam a preservar os recantos do palácio, bem como a sua inestimável importância para a valorização da arte. Nesse mesmo século, ocorreram também diversos restauros, que conferiram à atual Casa de Pilatos, alguns toques do Romantismo do século.

Ficha Técnica Casa Batlló:

INFORMAÇÕES:

Arquiteto:

Antoni Gaudí.

Localização:

Barcelona, Catalunha, Espanha.

Ano de Construção:

1904-1906.

Época de Construção:

Século XIX.

Acessos:

Passeig de Gràcia, 43, 08007, Barcelona, Espanha.

Categoria/Tipologia:

Arquitetura Civil.

Estilos Arquitetónicos:

Arquitetura Moderna e Arquitetura Expressionista.

Utilização Inicial:

Residencial.

Utilização Atual:

Casa-Museu.

DESCRIÇÃO GERAL:

Nos finais do século XIX, surgiram na Europa tendências arquitetónicas que romperam com os critérios tradicionais e que procuraram novas formas de edificar. Com ideias inovadoras que levaram a revolucionar este mundo do modernismo e da arquitetura em geral, Antoni Gaudí projetou edifícios, dotados de soluções diversas. Entre 1904 e 1906, reconstruiu a Casa Batlló que apresenta um estilo arquitetónico que engloba tudo aquilo que define a Art Noveaux - também conhecida como “A Casa do Dragão”, o simbolismo da sua fachada encontra-se relacionado com a lenda de São Jorge, o padroeiro da Catalunha.

Os ladrilhos de cerâmica que coroam o edifício, formam um manto colorido e ondulado, que lembra o dorso de um dragão, oferecendo ao projeto um exterior único e cheio de inovação. A sua fachada exuberante, de inspiração marinha, abrange esculturas involuntárias, materiais reciclados e objetos descontextualizados, que convertidos em arte. O certo, é que a fluidez das formas exteriores da Casa Batlló, também se encontram presentes no interior do edifício. Considerado uma autêntica maravilha do design, o seu interior contém sinuosos e retorcidos elementos – como as portas, as janelas, as escadas, as molduras e os nichos –, que se traduziram no verdadeiro resultado das formas naturais e orgânicas que inspiraram o arquiteto. Deste modo, o principal objetivo de Gaudí passou pela criação de contrastes marcantes entre os espaços, não só a nível estrutural, como também a nível decorativo e cromático.

O que inicialmente era para ser uma simples recuperação da pré-existência de um edifício antigo, a atual Casa Batlló acabou por se converter numa verdadeira obra de arte: Gaudí aplicou todo o seu talento criativo e técnico, livrou-se completamente dos métodos clássicos da arquitetura, desenvolveu uma maravilha do design no seu interior e concebeu uma série de elementos que ultrapassavam, em muito, os limites dos estatutos das autoridades municipais da época. Como observador atento da natureza, combinou materiais como a pedra, o vidro, a cerâmica e o ferro, de forma que, quando o sol incidisse na fachada e no interior do edifício, fosse invocado um jogo poético e caloroso de um contraste luz/sombra.

Nesta criação, Antoni Gaudí baseou-se essencialmente no critério da funcionalidade, na qual envolveu todos os aspetos de design, cor, forma, espaço, beleza e função, que se encontram unidos em cada recanto da casa - explorou a criatividade e a liberdade dos espaços, através da exploração de padrões e do uso de cores fluídas. Posto isto, pode-se afirmar que este projeto assinalou um marco importante na carreira do arquiteto pois, com esta edificação, Gaudí estabeleceu uma combinação entre a engenharia e a estética. Desta forma, a edificação da Casa Batlló apresenta um excecional contributo de criatividade para o desenvolvimento da arquitetura e da tecnologia de construção.

CRONOLOGIA E INTERVENÇÕES REALIZADAS:

1877: Construção do edifício original da Casa Batlló, por Emilio Sala Cortés.

1903: Josep Batlló adquiriu a propriedade construída por Emilio Sala Cortés.

1904-1906: Reconstrução do edifício por Antoni Gaudí.

1981: Recuperação do sótão e do espaço interior, devido à degradação sofrida pela inutilização do espaço, bem como das formas originais e da cor dos arcos. Instalação de uma iluminação que valorizou do espaço, bem como uma troca do pavimento, com o respetivo aproveitamento de peças de mosaico recuperadas dos apartamentos do restauro de Gaudí, em 1904.

1983: Modificação das grades das varandas para a sua cor marfim original.

1987: Intervenções da equipa de arquitetura de Josep Maria Botey.

1989: Restauro das fundações do edifício original, do rés-do-chão e reforço das estruturas das claraboias. O teto foi decorado com ondulações Jujolianas, e foi construída uma escada, que fez a ligação dos espaços dedicados às salas do rés-do-chão e da cave. Limpeza e restauro de toda a decoração mosaica do terraço do piso principal e da fachada posterior.

1992: Restauro das portas exteriores do rés-do-chão, e tratamento do pavimento da cobertura e da conduta da chaminé.

1995: Inauguração que converteu a cave, o rés-do-chão e o primeiro andar, em espaço disponível para eventos sociais.

1998: Restaurados todos os pavimentos, estruturas e tetos do primeiro piso.

1999: Intervenções no elevador. Operação de consolidação da fachada, que apresentava um risco de deslizamento em algumas áreas.

2000: Intenso restauro na recuperação dos vidros e cerâmicas da fachada, e tratamento fungicida. As varandas, carpintarias e peças de cerâmica foram todas inspecionadas e reparadas. Revistos e limpos os pátios internos, os pavimentos hidráulicos foram restaurados, e a cobertura superior foi revista.

2000-2001: Restauro da fachada para recuperar o vidro e a cerâmica originais.

2002: O edifício abriu as suas portas ao público.

2005: Declarada Património da Humanidade, pela UNESCO.

Ficha Técnica Palácio do Raio:

INFORMAÇÕES:

Arquiteto:

André Soares.

Localização:

Braga, Guimarães, Portugal.

Ano de Construção:

1752.

Época de Construção:

Século XIX.

Acessos:

Braga Norte 920, 4700-327, Braga, Portugal.

Categoria/Tipologia:

Arquitetura Civil.

Estilos Arquitetónicos:

Arquitetura Barroca.

Utilização Inicial: Residencial.

Utilização Atual:

Casa-Museu.

DESCRIÇÃO GERAL:

No ano de 1720, Braga era uma cidade que tinha todas as potencialidades para ser um grande centro criador: tinha uma população em grande crescimento e uma economia urbana e rural em crescente desenvolvimento. Contudo, a ousadia na arquitetura só começou a surgir na cidade por volta do século XVII, nomeadamente com os trabalhos de André Soares. Conhecido pela excelência das suas obras espalhadas pelo norte de Portugal, a sua arte estendeu-se pelas mais variadas disciplinas - desde a arquitetura à talha, do desenho à cartografia, e do azulejo à carpintaria e ao ferro.

De espírito inquieto, André Soares sempre tentou encontrar novas soluções técnicas e artísticas para as suas obras, o por sua vez lhe permitiu acompanhar uma certa evolução durante as duas décadas em que exerceu a sua atividade. O desenho da sua arquitetura refletia-se no jogo de volumes, no recorte e nas curvas, nas conchearias, nas almofadas em alto relevo, nas superfícies lisas e planas segundo a fórmula de placas, nos escudos de vários perfis graduados, nas linhas sinuosas, nas molduras arcuadas, nos eixos verticais e nos frisos, na assimetria dos motivos decorativos, no sentido de integração espacial, na cenografia e, conseqüentemente, no ornamento gordo.

Entre as mais diversas obras, destaca-se a arquitetura do Palácio do Raio, que veio a estudar algumas das páginas esquecidas da história local e da arte em Portugal. Considerada uma das mais importantes obras do arquiteto, o Palácio do Raio apresenta uma planta retangular de dois pisos, e ainda uma fachada dinâmica, onde a sua simetria geral contrasta com as assimetrias introduzidas pelos frontões das janelas. Contudo, nos finais do século XIX, a obra teve uma segunda campanha, onde foram colocados os azulejos que dão o tom azul à fachada, bem como uma porta de vidros coloridos que separa o átrio da caixa de escadas.

A proporção dos vãos, o pórtico subtilmente destacado, os ornatos que envolvem as portas, as janelas e as varandas, a monumentalidade, a decoração da fachada e a força do seu eixo central, bem como a fluidez e a circulação interior dos espaços uniram-se, para que o edifício se afirmasse e se distinguisse pela sua qualidade arquitetónica, realizada em estilo barroco joanino. O Palácio do Raio – ou a Casa do Mexicano, como também é conhecido –, foi vendido em 1853 ao Visconde de São Lázaro, Miguel José Raio - de onde provém o nome do edifício.

O certo, é que este palácio teve uma história atribulada que passou por várias transformações. Considerado Imóvel de Interesse Público desde 1956, este edifício ficou conhecido em Braga, devido às suas pinturas decorativas, e serviu de estímulo para quem o quisesse imitar. Assim, como forma de contribuição para o património e para a revitalização da cultura, foram estudadas as técnicas e os sistemas construtivos da sua construção inicial, identificadas aquelas que ainda mantinham as suas características recuperáveis e, ainda, estudadas novas técnicas que mostrassem compatibilidade com a pré-existência. O certo, é que a arte e a mistura de estilos que caracterizam a monumentalidade do Palácio do Raio, acabaram por o tornar numa das mais importantes obras do arquiteto André Soares.

CRONOLOGIA E INTERVENÇÕES REALIZADAS:

1752-1755: Construção do Palácio do Raio, sob o projeto de André Soares, para a família de João Duarte de Faria. Colocação de uma balaustrada sobre a fachada principal, de um novo lanternim, nova pintura na caixa de escadas, bem como o apeamento dos tetos de madeira pintados – que foram levados para o sótão onde foram muito parcialmente aproveitados e colocados de uma forma aleatória. Transformação do último piso no espaço reentrante do “U” das traseiras numa zona de estar ou de passagem entre as duas alas.

1853: O Palácio do Raio foi vendido ao Visconde de São Lázaro, Miguel José Raio.

1870: Restauros e alterações em todo o espaço. No final do século XIX, o palácio foi destinado à Santa Casa da Misericórdia de Braga, que assim permaneceu até ao ano de 1974.

1956: Considerado Imóvel de Interesse Público.

1985: Intervenções na fachada principal, com a limpeza da alvenaria e com a fixação de azulejos.

1993: Intervenção no portal e nas janelas do primeiro piso: as madeiras foram isoladas, a pedra foi limpa, o cimento foi removido, e os elementos escultóricos e de consolidação foram reintegrados.

2015: Inaugurado como espaço museológico.

Ficha Técnica Palácio da Pena:

INFORMAÇÕES:

Arquiteto:

Wilhelm Ludwing Von Eschwege.

Localização:

Sintra, Lisboa, Portugal.

Ano de Construção:

1854.

Época de Construção:

Século XIX.

Acessos:

Estrada da Pena, 2710-609, Sintra, Portugal.

Categoria/Tipologia:

Arquitetura Civil.

Estilos Arquitetónicos:

Arquitetura Neo-Românica.

Utilização Inicial:

Residencial.

Utilização Atual:

Casa-Museu.

DESCRIÇÃO GERAL:

Localizado na histórica vila de Sintra, e inserido no Parque Nacional da Pena, o Palácio da Pena representa uma das melhores expressões do romantismo arquitetónico do século XIX. A história deste lugar mágico começou no século XXI, na Idade Média, na altura em que D. Manuel I mandou edificar o Real Mosteiro de Nossa Senhora da Pena, no local onde existia uma capela. Entre 1507 e 1508, o palácio acabou por receber um largo conjunto de azulejos - certamente de diferentes tipologias -, que foram aplicados nos mais diversos espaços.

Por volta de 1838, D. Fernando de Saxe Coburgo-Gotha https://pt.wikipedia.org/wiki/Fernando_II_de_Portugal, marido da rainha D. Maria II, adquiriu toda a área de duzentos hectares que havia sido erguida no ano de 1511 – que incluía o edifício, toda a cerca envolvente, o Castelo dos Mouros e outras quintas e matas circundantes-, dando início ao seu sonho romântico. Desta forma, iniciaram-se os trabalhos de recuperação do antigo mosteiro, nomeadamente os de pequenos arranjos relacionados sobretudo com os acessos, sendo que, as obras acabaram por ficar ao cargo do barão alemão Wilhelm Ludwig e, posteriormente de Nicolau Pires. Para além da reconstrução do antigo convento, também foi anexada uma parte nova para complemento desta residência de verão da família real portuguesa, bem como a plantação de um magnífico parque com as mais variadas, exóticas e espécies de árvores.

Dada a sua localização privilegiada e o seu valor patrimonial, a memória histórica do Palácio da Pena estendeu-se, sobretudo, para a sua vida enquanto espaço museológico - após a Implantação da República, foi necessário reorganizar o funcionamento dos palácios que deixavam de estar na esfera do privado, para passarem a estar disponíveis para o olhar público. Fortemente condicionada pela topografia e pela construção monacal pré-existente, o Palácio da Pena apresenta uma complexa planta arquitetónica composta por volumetrias paralelepípedicas escalonadas e articuladas: esta contém coberturas diferenciadas em telhados, terraços e coruchéus, bem como um revestimento parietal oitocentista com azulejos neo-hispano-árabes.

Reflete-se também nesta construção a ideia estabelecida no século XIX, de um ambiente doméstico como o espaço onde o habitante pode refletir, na intimidade, a visão poética que tem de si mesmo, e em que a função habitacional deve ser considerada primordial. Desta forma, a conceção dos interiores do palácio acabou por valorizar os trabalhos em estuque, as pinturas murais e os diversos revestimentos em azulejo do século XIX. Desta forma, o parque e o Palácio da Pena passaram a constituir um magnífico todo, onde a reunião de uma profusão de volumes decorativos e revivalistas, sem precedentes na história da arquitetura portuguesa, transporta qualquer um para um mundo imaginário que, atualmente, ainda pode ser observado e admirado. O certo é que, pela sua dimensão e importância, todo o conjunto do Palácio da Pena, assume-se como uma das memórias histórico-artísticas de maior relevo no conjunto dos monumentos que constituem a Paisagem Cultural de Sintra, bem como uma das melhores representações do romantismo arquitetónico do século XIX.

CRONOLOGIA E INTERVENÇÕES REALIZADAS:

1507-1508: Recebeu um largo conjunto de azulejos, que foram aplicados nos mais diversos espaços.

1511: Construção do Claustro.

1529-1532: Construção da Capela.

1755: Danos provocados pelo terramoto de 1775, que converteu o convento caiu em ruínas.

1781: O arquiteto da Casa Real e o capitão engenheiro José Manuel de Carvalho Negreiro, realizaram diversas obras de restauro no edifício: para além do máximo respeito que tiveram pelo traçado original do palácio, também tentaram reaproveitar o maior número de materiais possíveis.

1834: Depois da extinção das ordens religiosas em Portugal, o espaço acabou por ficar ao abandono.

1838: D. Fernando de Saxe Coburgo-Gotha, marido da rainha D. Maria II, adquiriu toda a área de duzentos hectares que havia sido erguida no ano de 1511 – que incluía o edifício, toda a cerca envolvente, o Castelo dos Mouros e outras quintas e matas circundantes -, dando início ao seu sonho romântico: iniciaram-se os trabalhos de recuperação do antigo mosteiro, nomeadamente os de pequenos arranjos relacionados sobretudo com os acessos.

1840: A primeira fase de obras ficou ao cargo do barão alemão Wilhelm Ludwig. Nesse mesmo ano, D. Fernando ordenou também um levantamento da configuração de todo o antigo edifício do mosteiro a Nicolau Pires – que posteriormente veio a ajudar Ludwig na realização e finalização de todo o projeto -, mandou circundar todo o edifício por outras estruturas arquitetónicas que apelaram ao imaginário medieval - através da construção de caminhos de ronda, torres de vigia, um túnel de acesso, e uma ponte levadiça -, mandou anexar uma parte nova para complemento desta residência de verão da família real portuguesa - o denominado "palácio novo" -, sugeriu incluir arcos de abóbada com elementos medievais e islâmicos - bem como o desenho de uma janela ornamentada para a fachada principal e, ainda, a plantação de um magnífico parque com as mais variadas, exóticas e ricas espécies de árvores.

1843: Início da construção do “palácio novo”.

1853: Da união de D. Fernando com Elise Hensler, surgiu a construção do Chalet da Condessa d’Edla.

1860: Conclusão das obras do Palácio da Pena.

1863: Tentativa de restituição das antigas formas primitivas, por iniciativa de Joaquim Possidónio da Silva.

1889: A Condessa de Edla ingressou nas mãos da coroa, e passou a herdar o palácio. Nesse mesmo ano, este acabou por ser adquirido pelo Estado Português.

1910: Transformado em museu e aberto ao público, com a designação oficial de Palácio Nacional da Pena.

1949: Concluídas as obras do parque – sendo que este se tornou numa espécie de jardim do paraíso, ornado de flores e árvores exóticas, feteiras, lagos com cisnes e estruturas arquitetónicas que permitem cenários tão ao gosto do romantismo.

1995: Todo o conjunto foi classificado Património Mundial da Humanidade pela UNESCO.

2000: A Parques de Sintra assumiu a gestão do Parque da Pena.

2007: A empresa passou a responsável por toda a gestão do palácio.

Ficha Técnica Casa do Cipreste:

INFORMAÇÕES:

Arquiteto:

Raul Lino

Localização:

Sintra, Lisboa, Portugal.

Ano de Construção:

1912.

Época de Construção:

Século XIX.

Acessos:

R. Grades Verdes 420, 4410-412, Sintra, Portugal.

Categoria/Tipologia:

Arquitetura Civil.

Estilos Arquitetónicos:

Arquitetura Mudéjar.

Utilização Inicial:

Residencial.

Utilização Atual:

Casa-Museu.

DESCRIÇÃO GERAL:

Caracterizado pelos mais diversos revivalismos, o final do século XIX vivenciou uma “rutura de civilização”, apoiada nas novas ferramentas da Revolução Industrial. Deste modo, e sustentadas por uma sólida base quinhentista, distinguiram-se as ideias do arquiteto Raul Lino. Para além de ter recuado à matriz arquitetónica do século XVI - de modo a encontrar uma coerência histórica, nacional e genuína, ou seja, a definição de uma Casa Portuguesa -, impulsionou todos os aspetos do ambiente doméstico, procurou materializar, sobretudo em moradias individuais, um carácter estético português, e teorizou os seus princípios, não como modelos a aplicar superficialmente, mas sim como valores culturais.

A casa e o abrigo seriam o centro privilegiado do universo, bem como o lugar de realização da própria essência humana - quer pela sua dimensão material, composta pela luz, pelo ar, pelo isolamento, pela comodidade, solidez, companhia dos objetos, e pela dimensão espiritual, como também pela sua condição de intimidade, recolhimento, proteção, hospitalidade, fator de paz, afeto e liberdade. A verdade dos materiais e a importância atribuída à natureza e à decoração interior, eram valores que Lino tendia a articular com os elementos arquitetónicos que considerava tipicamente portugueses – tais como o uso de beirais, alpendres, azulejos, cantaria, caiação.

Desta forma, quando construiu com trinta e cinco anos a sua primeira casa própria - a Casa do Cipreste -, o arquiteto foi capaz de concretizar da forma mais expressiva, a sua relação sonhadora com a paisagem, bem como a sua apropriação funcional e simbólica do espírito do lugar. Situada na periferia de Sintra, a Casa do Cipreste é uma das mais características obras do arquiteto, pela tipologia verdadeiramente portuguesa. Assim, Lino apropriou os valores já existentes do lugar, num jogo subtil entre tradição e inovação, englobando ambos numa solução irrepetível. Igualmente inovador, foi também a importância dada pelo arquiteto à componente decorativa, que se distinguiu pela originalidade, funcionalidade e criatividade. A elegância despojada e o erudito rigor geométrico dos azulejos da Casa do Cipreste, por exemplo, na riqueza da sua função plástica, na funcionalidade da gestão dos reflexos da luz, bem como na recriação do jogo entre o interior e o exterior, vieram a dar continuidade, mas de forma inovadora, à antiga tradição da azulejaria portuguesa.

Considerada a árvore da solidão, da liberdade e da independência de espírito, a Casa do Cipreste é um exemplar único, que permitiu o desenvolver de opções particulares e excecionais. O simbolismo nacional e pessoal que se encontram, respetivamente, na Oliveira e no Cipreste, revelaram o seu romantizado sonho de um país/aldeia e o seu conservadorismo, ao mesmo tempo ruralista e aristocrático. Também o modo como cada pormenor foi tratado, mostra que esta casa significava a busca pelo sentido pleno da sua existência. O certo, é que em toda esta obra, há que salientar ainda a extrema coerência do pensamento, no que diz respeito à vasta produção teórica e posterior oscilação formal, ou mesmo estagnação, da sua linguagem arquitetónica. Atualmente, ainda na posse da família do arquiteto, esta casa é o expoente máximo da casa portuguesa.

CRONOLOGIA E INTERVENÇÕES REALIZADAS:

1904: Esboços das primeiras ideias desta casa de habitação sazonal, realizados por Raul Lino.

1912: Construção do Casa do Cipreste.

1914: Data de conclusão da obra.

Entrevistas

QUESTÃO 1:

Como principal mecanismo para a construção da identidade social e local, a memória passou a associar-se à cultura, e tornou-se num elemento fundamental para a consolidação da identidade de um lugar.

De que forma é que a ausência ou perda da memória teve impacto nos espaços interiores?

QUESTÃO 2:

A salvaguarda do passado é fundamental, uma vez que não existe preservação histórica sem a condição de diversidade cultural. Contudo, preservar o património qualificável envolve muito mais, do que simplesmente reabilitar edifícios históricos.

Em que medida entende que a presença do Design de Interiores se torna num fator importante para a requalificação e para uma possível reabilitação da pré-existência?

QUESTÃO 3:

Uma vez que a preservação tenta procurar ativa e constantemente novos usos para os edifícios antigos, tornou-se necessário ajustar estas novas funcionalidades à realidade atual. Porém, o que muitas vezes acontece em áreas em desenvolvimento, é resultado do processo do fachadismo.

Em que medida é que a essência das edificações históricas se perde, quando se desliga a fachada do seu espaço interior?

QUESTÃO 4:

Ao longo dos anos, a adaptação a novos conceitos e a mudança da sociedade, fizeram com que diversas artes adquirissem um maior grau de predominância.

De que forma é que a arte da azulejaria se manifestou e ampliou em termos de desenvolvimento, particularmente na sua integração no espaço arquitetónico e patrimonial?

QUESTÃO 5:

Trazer o edifício ao alcance dos olhos, permite lembrar simbolicamente a sociedade, que é do seu direito e dever, o uso da edificação, bem como a valorização da história social.

Em que medida entende que o Design de Interiores, a Arquitetura e a Engenharia Civil podem atuar em conjunto, de modo a criar um projeto mais eficiente para o utilizador e para a sociedade?

Carolina de Sousa Soares Cerejo da Silva
Mestrado em Design de Interiores | 2021

